

**O Jogo das Cidades:
impactos e legados territoriais indutores do
desenvolvimento urbanos em sedes de megaeventos esportivos**

Sávio Raeder
savio.raeder@gmail.com

A promoção de eventos tem sido uma das principais estratégias utilizadas pelos gestores urbanos na busca de maior atração de capitais. Esses eventos podem ser de diferentes naturezas, organizados por distintos atores e instituições que desempenham as mais diversas atividades na sociedade. Há uma predileção especial dos gestores empreendedores pelos eventos com repercussão internacional, uma vez que tais eventos poderão conferir uma imagem “mais qualificada” para a cidade sede. Além disso, os eventos internacionais podem significar a circulação de turistas com alto poder aquisitivo, dispostos a consumir os serviços e bens comercializados localmente. Para abrigar estes eventos a cidade sede deve apresentar alguns equipamentos diretamente relacionados com o evento em si, como centro de convenções e hotéis, além de amenidades culturais e uma adequada infra-estrutura de transporte que permita o deslocamento dos participantes do evento. Em relação à temática dos transportes, destacam-se a proximidade de aeroportos, além de outras modalidades que permitam os deslocamentos rápidos e seguros entre os principais locais de circulação dos participantes dos eventos.

Os eventos olímpicos modernos se tornaram gradativamente ao longo destes pouco mais de cem anos de história em oportunidades para a realização de transformações urbanas. É possível mesmo falar hoje de um urbanismo olímpico (Mascarenhas, 2005; Muñoz, 2006) para tratar dos impactos na cidade promovidos pelos vultosos recursos envolvidos na organização dos Jogos. Pequim 2008, Londres 2012 e mesmo os Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro 2007, apresentam investimentos eminentemente públicos que são calculados em bilhões de dólares. Parte destes recursos financeiros é utilizada apenas para a realização do espetáculo esportivo em si, sem embargo, outra parte significativa do bolo orçamentário é utilizada na construção de equipamentos e estruturas que conformam o tecido urbano. O ordenamento urbano promovido em virtude dos Jogos pode ser voltado para a recuperação de áreas degradadas, como relata Ester Limonad (2005) a respeito das

intervenções em Barcelona: “Em 1992, Barcelona abrigou os Jogos Olímpicos, que implicaram diversas intervenções e na construção do Port Olimpic na área de Parc de Mar – com a intenção precípua de recuperar áreas industriais degradadas da cidade contíguas à orla litorânea do Mediterrâneo”.

Os primeiros Jogos Olímpicos (1896, 1900 e 1904) foram organizados com muitas limitações e contaram com baixos investimentos até mesmo para a construção de instalações esportivas. Esta realidade foi mudando ao longo da primeira metade do século XX, com um aporte crescente de recursos que elevaram gradualmente os impactos e legados destes eventos. A partir dos anos 60, os Jogos passaram a ser usados como uma oportunidade de implementação de grandes projetos urbanos (GPUs) com repercussões significativas nas cidades sedes. Barcelona é considerada por alguns autores como o maior marco de transformação urbana a partir da realização dos Jogos Olímpicos (Essex e Chalkley, 1998:191-2). Os Jogos de Munique, em 1972, também contaram com relevantes intervenções na sua malha urbana a partir de investimentos realizados na produção de um novo sistema de transporte de massa, que tornou sustentável o crescimento da cidade com as migrações regionais. Por outro lado, os altos investimentos olímpicos podem promover benefícios urbanos limitados a uma parcela privilegiada da sociedade local.

É possível identificar alguns casos especiais que fogem à regra de investimentos crescentes no pós-guerra e até mesmo por conta da guerra. Este é o caso de Londres, que em 1948 sediou os Jogos com grandes restrições estruturais dada a necessária recuperação dos estragos da Segunda Guerra Mundial. Outro caso citado por Essex e Chalkley (1998:192) é o da Cidade do México em 1968, que por conta da escassez de recursos teve restritos investimentos em equipamentos esportivos, além de ter causado problemas no sistema público de transporte. Graves conflitos e protestos foram realizados na cidade mexicana baseados na contestação de que os gastos públicos com o evento esportivo deveriam ser destinados à resolução de problemas sociais. Por outro lado, as duas vilas olímpicas usadas pelos atletas na Cidade do México foram construídas na periferia com fins de uso residencial popular após os Jogos (Mascarenhas, 2005:24).

Instalar a vila olímpica envolve um conjunto de decisões que denotam as estratégias urbanas dos organizadores dos Jogos. Desta forma, pode-se verificar que em alguns Jogos

desde Roma 1960 há uma relativa preocupação em integrar a área onde a vila é construída com outras áreas da cidade. Quando isto ocorreu, tratou-se de um esforço de planejamento urbano que contemplou a articulação entre a escala microlocal de produção de espaço com outras como a mesolocal ou mesmo a macrolocal¹. Tal fenômeno pode ser observado com maior intensidade em Seul 1998 e Barcelona 1992, onde houve grandes transformações urbanas em diferentes escalas por conta dos Jogos. Os investimentos realizados para Pequim 2008 também apontam para uma transformação urbana gigantesca, proporcional às aspirações geopolíticas da potência emergente.

Andranovich *et al.* (2001) realizam uma discussão em seu trabalho sobre os GEEs enquanto estratégia de desenvolvimento local em cidades americanas. Tal estratégia, chamada pelos autores de estratégia de megaeventos (*mega-event strategy*), está associada à competição entre cidades por trabalho e capital num contexto de escassez de transferência de recursos do governo central para administrações locais. O uso de eventos para a atração de investimentos não é propriamente uma novidade, no entanto esse recurso passou a ser mais utilizado a partir de mudanças na política urbana e do acirramento da competição global. Reconhece-se que desde os anos 1980 houve um corte dos investimentos do governo central americano nas cidades, o que levou políticos de algumas administrações locais a adotar um posicionamento empreendedor na gestão de seu território, tema tratado anteriormente neste trabalho. Este novo cenário gerou um novo ordenamento urbano voltado para as demandas de corporações, indústrias de alta tecnologia e produtores de serviços cada vez mais sofisticados (Andranovich *et al.*, 2001:114).

Estratégias de distinção são um meio hábil para obter vantagem na competição entre cidades, o que torna os megaeventos um poderoso recurso para as cidades. Os Jogos Olímpicos apresentam algumas vantagens específicas, enquanto megaevento, que potencializam a sua utilização na construção de uma imagem de cidade que pode utilizar este capital simbólico para auferir rendas monopolistas e obter vantagem no cenário competitivo interurbano (Harvey, 2005). Os Jogos podem criar marcos distintivos, cobiçados pelos gestores empreendedores, considerando-se tanto a escassez com que o evento ocorre (de 4 em 4 anos) como o grande interesse de boa parte da população mundial

¹ Referência metodológica para definição de escalas proposta por: Souza (2006:103-113).

neste evento. Cabe ressaltar que os meios de comunicação realizam ampla cobertura dos Jogos em escala global, realimentando a atração que as pessoas têm pelo megaevento. Dentre os motivos que levam os atores a adotarem estratégias de promoção de megaeventos, destaca-se aquele referente à oportunidade de ter exposições na mídia em nível regional, nacional e internacional. Essex e Chalkley (1998:189) corroboram com esta assertiva ao afirmarem que:

The Olympics represent an international showcase which can enhance a city's global recognition, image and reputation. The event places its host on the global stage and the international media attention for the duration of the event can help the host country and city to transmit a new image to the world.²

A construção de uma imagem de cidade não tem uma importância menor dentro das estratégias competitivas, é sim um meio muito utilizado para a conquista de novos investidores. Considerar a dimensão simbólica que os Jogos apresentam é fundamental para entender a acirrada competição entre cidades de um mesmo país, e de países diferentes, para sediar os Jogos. Trata-se de uma oportunidade muito rara de veicular a imagem da Cidade em escala global numa perspectiva muito favorável, uma vez que a imagem está associada ao maior evento esportivo do mundo - no caso dos Jogos Olímpicos, e maior evento esportivo das Américas, no caso dos Jogos Pan-americanos. Ressalte-se ainda o forte papel que o esporte tem em muitas cidades na construção da identidade com o território, exemplo disso são as equipes de diferentes esportes que levam o nome de suas cidades.

As estratégias de megaeventos da atualidade estão fortemente associadas a um desenvolvimento urbano baseado no consumo, sendo este orientado mais diretamente para diferentes formas de lazer, turismo, esporte e entretenimento. A cidade é então modelada para atender à demanda por serviços e equipamentos que possam servir como reprodutores das atividades que atraem distintas camadas de consumidores urbanos. Andranovich *et al.* (2001; 2002) buscam nestes trabalhos justamente identificar as características mais

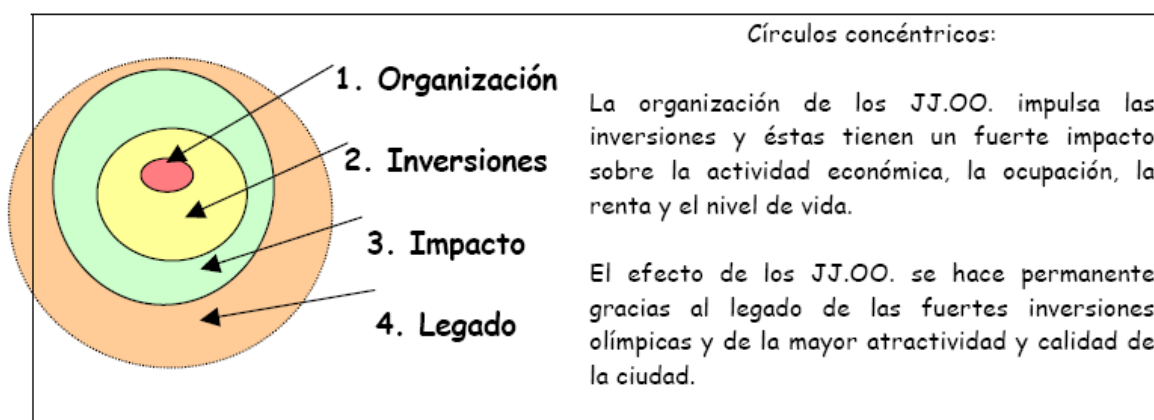
² Tradução do autor: “Os Jogos Olímpicos representam uma vitrine internacional que pode promover o incremento do reconhecimento, da imagem e da reputação global da cidade. A sede do evento é levada à cena global e a atenção da mídia internacional durante o evento pode ajudar a cidade e o país anfitriões a transmitir uma nova imagem para o mundo.”

significativas que denotam a relação entre as políticas de desenvolvimento econômico baseadas no consumo e as estratégias de megaeventos nas políticas urbanas.

Há um claro limite temporal para o desenvolvimento dos projetos olímpicos, assim como há um grande poder de unir atores muito distintos na promoção destes megaeventos. Além disso, os Jogos possuem a legitimidade necessária para mudar rapidamente alguns marcos regulatórios que definem a produção do espaço urbano. Esta ampla legitimidade dá margem para que os atores hegemônicos possam tomar decisões sem uma participação democrática. Neste sentido, os cidadãos pouco, ou nunca, são consultados sobre os investimentos públicos que são feitos em nome dos Jogos, os atores governamentais e privados associados nestas circunstâncias podem então tomar suas decisões de maneira a conformar um insulamento burocrático (Arretche, 1996). É nesse quadro que Essex e Chalkley (1998:191) destacam que a decisão de sediar os Jogos Olímpicos não é necessariamente uma decisão tomada de maneira democrática ou com uma real base nos anseios da opinião pública.

A figura abaixo elaborada por Brunet esboça a conformação do evento olímpico a partir de sucessivas etapas que remetem a uma dimensão temporal que se inicia com a organização dos Jogos. (O autor limita seu recurso analítico aos Jogos Olímpicos, contudo ele é perfeitamente aplicável às versões regionais destes, como é o caso dos Jogos Pan-americanos, como também à Copa do Mundo.) Seu esquema ilustrado é bastante didático no sentido de representar, por meio dos volumes dos círculos, o aumento de recursos materiais e imateriais que irão compor o evento esportivo. Tudo começa com algumas pessoas, e instituições que elas representam, se mobilizando para sediar os Jogos. Esta etapa pode ser dividida em duas considerando que há um período de preparação para a candidatura ao GEE e outro que se inicia com o anúncio da vitória da cidade candidata à sede dos Jogos. Já naquele primeiro período os atores envolvidos na organização podem se movimentar com tal intensidade que operações urbanas podem ser realizadas, como a desapropriação de terras para a construção de equipamentos que poderiam vir a ser utilizados em caso de vitória.

Figura 3 – Círculos concêntricos dos recursos olímpicos



Fonte: Brunet (1997; 2003)

Nesta fase preliminar de organização dos Jogos já se pode reconhecer grande parte das intencionalidades de transformação do espaço urbano pelos agentes envolvidos. Trata-se de uma etapa significativa pois nela são formulados os planos de intervenção urbana que se pretende concretizar para viabilizar a realização dos Jogos. Ainda que haja certa publicidade nesta etapa, demonstrando as intenções dos atores públicos em sediar o megaevento, a discussão sobre a alocação dos recursos públicos na Cidade é limitada. Nos círculos concêntricos acima esta fase aparece pequena mas ela é o próprio coração do que será o legado urbano, já que muitas das decisões locais serão mantidas ainda que nem todas possam ser de fato executadas. Entre estas decisões com riscos de execução encontram-se aquelas relacionadas com as infra-estruturas de transporte, algumas destas estruturas podem ter sido delineadas de maneira ambiciosa demais para os recursos que os atores virão a dispor na fase seguinte, a de investimentos. As intencionalidades dos atores que protagonizam a luta por sediar um grande evento esportivo são documentadas no caderno de encargos (candidate city bid dossier) apresentado ao comitê esportivo responsável pela organização do evento.

Pode-se situar a candidatura carioca aos Jogos Olímpicos de 2016 justamente nesta fase embrionária que findará em outubro de 2009 quando será anunciada a cidade vitoriosa para sediar o megaevento. Desta forma, está em gestação o caderno de encargos que definirá quais os locais da Cidade que deverão ser contemplados com os vultosos investimentos que viabilizarão o evento. Apesar da pouca atenção dada a esta etapa, ela

deve ser vista como a mais importante de todas já que ela pode definir toda uma agenda urbana por um período de quase uma década, definindo quais as áreas prioritárias de desenvolvimento da Cidade. O caderno de encargos é um documento basilar na organização dos Jogos que revela tanto os processos decisórios envolvidos nas pretensas alocações de investimentos, como as intenções de transformação territorial a partir da escolha da cidade como sede dos Jogos.

Observa-se que cada círculo é desdobramento de um outro que apresenta uma dimensão delimitada pela sua fronteira, mas ressalta-se que o círculo menor não se esgota até que o evento seja totalmente realizado - deixando como permanência o legado. Neste sentido, a organização perdura até o final dos Jogos orientando os investimentos, a captação dos recursos para proporcioná-los e ordenando os impactos produzidos antes dos e durante os Jogos. É a alocação dos investimentos em bens materiais e imateriais que irá definir os impactos dos Jogos, bem como a sua extensão em tempo e em espaço. Tais impactos têm um prazo determinado que é o da realização dos Jogos em si, podendo produzir efeitos em diversas dimensões da vida social com a geração de mais empregos, de maior renda, de maior visibilidade para a cidade sede, de retirada de famílias de suas moradias, de valorização de áreas etc. A produção destes impactos terá uma relação direta com a própria conformação do legado, sendo esta sim a única fase que extrapola a temporalidade dos Jogos e se consolida como permanência tangível ou mesmo intangível no território. Desta forma, são realizados a seguir alguns breves apontamentos sobre os legados nas cidades sede, bem como uma proposta de definição para o termo. (À guisa de breve introdução às definições de legado encontradas na literatura, sucintamente Andranovich *et al.* (2001:124) descrevem o legado olímpico como “...the period with the longest effect on the host city”.³)

Em novembro de 2002 foi realizado no Centro de Estudos Olímpicos da Universidade Autônoma de Barcelona um simpósio sobre os legados dos Jogos Olímpicos realizados entre os anos de 1984 e 2000. No documento de conclusão deste seminário⁴ o primeiro ponto destacado foi a importância de se definir quais os legados que a cidade candidata a sediar os Jogos Olímpicos teria - ressalta-se que estes legados foram considerados fundamentais para definir a pertinência e a viabilidade das candidaturas. A

³ Tradução do autor: “...o período com efeitos mais duradouros na cidade sede.”

⁴ Disponível em <http://olympicstudies.uab.es/olympiclegacy/>, acesso em: 30 jun 2006.

preocupação central dos debatedores foi com a definição de quais são os benefícios que uma cidade pode ter com os Jogos, numa perspectiva que considere uma dimensão temporal maior do que àquela da realização do evento esportivo propriamente dito. Foi destacada neste documento a dificuldade de se delimitar o conceito de legado tendo em vista a diversidade territorial e a necessidade de se considerar as escalas local e global para a sua definição. Uma perspectiva de longo prazo, calcada na sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social, foi tomada como um princípio fundamental para o conceito de legado. Há no documento uma valorização dos legados intangíveis, e seus efeitos sobre os tangíveis, que auxilia na compreensão do conceito:

After hearing papers talking about different experiences from games and cities, the idea emerged that the effects of the legacy have many aspects and dimensions, ranging from the more commonly recognized aspects – architecture, urban planning, city marketing, sports infrastructures, economic and tourist development – to others that are just as, if not more important, but that are less recognised. In particular, it is necessary to point out the importance of so called intangible legacies, such as production of ideas and cultural values, intercultural and non-exclusionary experiences (based on gender, ethnicity or physical abilities), popular memory, education, archives, collective effort and voluntarism, new sport practitioners, notoriety on a global scale, experience and know-how, etc. These intangible legacies also act as a motor for the tangible ones to develop a long-term legacy.⁵

É possível categorizar os legados a fim de melhor analisá-los: econômico, ambiental, político, social, cultural etc. Como afirmado anteriormente, não é tarefa fácil delimitar o legado; mesmo o legado econômico é de difícil mensuração em virtude dos efeitos multiplicadores, que não se pode definir com precisão como sendo decorrentes da realização dos Jogos. Além do que, um legado econômico não pode se restringir a uma leitura monetária haja vista os efeitos sobre diversos circuitos da economia. Em termos

⁵ Tradução do autor: “Após ouvir trabalhos que tratam de diferentes experiências dos jogos e cidades, a idéia que emergiu é a de que os efeitos do legado têm muitos aspectos e dimensões, desde os mais comumente reconhecidos – arquitetura, planejamento urbano, *marketing* urbano, infra-estruturas de transporte, desenvolvimento econômico e turístico – até outros que, não são menos importantes, mas sim menos reconhecidos. Em particular, é necessário assinalar a importância dos então chamados legados intangíveis, tais como a produção de idéias e valores culturais, experiências interculturais e não excludentes (baseadas em gênero, etnicidade ou habilidades físicas), memória popular, educação, arquivos, esforços coletivos e voluntariado, novos praticantes esportivos, notoriedade em escala global, experiência e conhecimento etc. Estes legados intangíveis atuam também como motor para aqueles tangíveis no desenvolvimento de um legado duradouro”.

políticos é bastante evidente a contribuição dos Jogos para a afirmação dos Estados Nacionais à medida que as equipes de atletas se agrupam sob esta organização. No Pan 2007 a afirmação da identidade nacional esteve presente em diversas arenas esportivas, especialmente nos momentos de vitória dos atletas brasileiros. Este foi um sentimento estimulado inclusive pelos organizadores do evento, que já na solenidade de abertura exaltaram as qualidades da cidade anfitriã.

Atualmente é muito freqüente a preocupação das cidades sedes de megaeventos esportivos com o planejamento dos legados. São cada vez mais vultosos os recursos gastos nestes eventos e a legitimidade destes investimentos, em grande parte públicos, depende de um certo consenso para que as contestações não paralise a promoção dos Jogos. A conquista deste consenso pode passar então pela aplicação de recursos em áreas que apresentam maior urgência nas intervenções, sendo o evento uma oportunidade para a reestruturação urbana. É desta maneira que os organizadores dos Jogos Olímpicos de 2012 afirmam encarar a construção do legado olímpico, como se pode observar no livro (p. 23, vol. 1, tema 1)⁶ que apresenta a candidatura da cidade:

The London Plan identifies staging the 2012 Games as the ‘major catalyst for change and regeneration in east London, especially the Lea Valley, leveraging resources, spurring timely completion of already programmed infrastructure investment and leaving a legacy to be valued by future generations’.⁷

Tal preocupação com a conformação de um legado nos Jogos está prevista no documento basilar do Movimento Olímpico, uma vez que se encontra no capítulo I da Carta Olímpica a assertiva de que o COI:

Adoptará medidas para promover un legado olímpico positivo en la ciudad sede y en el país anfitrión, entre ellas un control razonable del tamaño y costo de los Juegos Olímpicos, y estimulará a los comités organizadores de los Juegos Olímpicos (COJO), a las autoridades públicas

⁶ Disponível em: <http://www.london2012.com/en/news/publications/Candidatefile/Candidatefile.htm>. Acesso em: 13 ago 2006.

⁷ Tradução do autor: “O Plano Londres identifica a realização dos Jogos Olímpicos de 2012 como o ‘maior catalisador para mudança e regeneração no leste de Londres, especialmente em Lea Valley, alavancando recursos, estimulando a conclusão de investimentos em infra-estruturas já programadas e deixando um legado que será valioso para as gerações futuras.”

del país anfitrión y a las personas y organizaciones pertenecientes al Movimiento Olímpico a actuar en consecuencia.⁸

Além do legado, encontra-se na passagem acima um compromisso do COI com os limites dos gastos para a realização dos Jogos, no entanto, o que os orçamentos dos próximos eventos indicam é que é muito discutível a existência de qualquer controle razoável sobre tais despesas. Sem embargo, é preciso avaliar com cuidado estes custos uma vez que boa parte deles se destina justamente às transformações urbanas que são empreendidas por conta dos Jogos, mas que não seriam necessariamente fundamentais para a realização deles. Trata-se da oportunidade que os atores hegemônicos tem para empreender um ordenamento territorial consoante com suas intencionalidades que extrapolam o GEE em si. A legitimidade conferida pelos Jogos se apresenta então como o momento ideal para realizar os ajustes espaciais (Harvey, 2004) ambicionados sem a necessidade de construir consensos mais democráticos, que poderiam contestar operações urbanas que fossem muito onerosas para os cofres públicos e/ou tivessem um efeito indesejado para alguns grupos da sociedade civil. Como se abordará mais adiante, tais operações podem ser realizadas em detrimento de direitos de alguns cidadãos, especialmente aqueles pertencem às classes populares. Neste caso, o legado pode ser bastante negativo justamente para aqueles que mais necessitam de um ordenamento territorial pautado por orientações mais redistributivas que concentradoras dos benefícios públicos.

Cashman (1998:111) aponta alguns problemas que envolvem a conformação de um legado olímpico destacando a falta de atenção dos organizadores do GEE com a conformação do legado - uma vez que ele é posterior ao espetáculo e os atores envolvidos tendem a se dispersar após o evento. Além disso, o legado representa mais custos num orçamento que já atinge cifras elevadas. O autor reconhece também a inexistência de planos voltados para a produção de legados como mais uma lacuna na conformação destes.

O conceito de legado é aqui formulado como o conjunto de bens materiais e imateriais, que se conformam como permanências sócio-espaciais no tecido urbano

⁸ Tradução do autor: “Adotará medidas para promover um legado olímpico positivo na cidade sede e no país anfitrião, entre eles um controle razoável do tamanho e custo dos Jogos Olímpicos, e estimulará os comitês organizadores dos Jogos Olímpicos (COJO), as autoridades públicas do país anfitrião e as pessoas e organizações pertencentes ao Movimento Olímpico a atuar em favor desse desiderato.”

decorrentes das ações empreendidas por conta da implementação de um megaevento. São considerados bens materiais que constituem o legado: as instalações esportivas, as estruturas de transporte, a vila dos atletas, e tanto os demais elementos (de lazer, de turismo, de comunicação, de segurança etc) que tenham sido incorporados à paisagem da cidade sede, como os recursos financeiros auferidos com o aumento da circulação de capital ocorrido a partir do encerramento do evento. E por bens imateriais deve-se considerar: a capacitação técnica dos profissionais envolvidos na organização do evento, o estímulo à prática esportiva, a produção de conhecimentos associados direta ou indiretamente à implementação do evento, as mudanças na imagem urbana a partir da publicidade realizada (capital simbólico), as alterações na percepção dos cidadãos sobre a própria cidade, o fortalecimento de redes da sociedade civil, a conformação de identidades territoriais etc.

São muitas as facetas que o legado pode assumir, sendo muito distintos os beneficiados pelos diferentes legados gerados pelo megaevento. Isso significa que é preciso tanto quantificar como qualificar o legado, utilizando-o como referência para a avaliação dos custos de oportunidade em se realizar o megaevento - esforço quase nunca realizado uma vez que o poder simbólico dos Jogos é gigantesco numa sociedade do espetáculo. A quantificação⁹ pode ser realizada a partir da análise de orçamentos públicos e privados, bem como da variação dos índices que medem o desempenho da economia local. Numa complexidade mais elevada, a quantificação também poderia revelar os grupos urbanos mais beneficiados pelos Jogos, o que exigiria maior empenho dos atores envolvidos em se conferir maior transparência ao orçamento público. Já a qualificação pode ser mensurada, em alguma medida, a partir da realização de pesquisas junto à população da cidade sede, sendo tal medida normalmente ignorada pelos organizadores do evento, seja pelos custos envolvidos seja pela visão predominante de que uma vez encerrado o evento, “a missão está cumprida”¹⁰.

⁹ Um exemplo de avaliação da relação entre custos e benefícios de um GEE, pode ser encontrado no trabalho de Shaffer *et al.* (2003) a respeito dos Jogos Olímpicos de Inverno de Vancouver 2010. Avaliando os possíveis impactos e legados dos Jogos, os autores confessam a dificuldade em se mensurar os bens intangíveis que serão produzidos.

¹⁰ Frase utilizada por Carlos Nuzman, presidente do CO-Rio e do COB, na cerimônia de encerramento do Pan 2007. O dirigente parecia mais preocupado com a nova missão (a candidatura do Rio aos Jogos Olímpicos de 2016) do que com a estruturação do legado do Pan para a Cidade. (Fonte: DORO. Bruno. Após vestibular, Nuzman minimiza vilões do passado para 2016. UOL, São Paulo, 30 jul 2007. Disponível em: <http://pan.uol.com.br/pan/2007/ultnot/2007/07/30/ult4343u1244.jhtm>. Acesso em 2 ago 2007.)

Richard Cashman (2002:5), diferentemente de Brunet, considera como impacto todo o ciclo que envolve a produção dos Jogos Olímpicos; para o autor australiano, os impactos urbanos dos Jogos podem ser divididos em 4 períodos:

1. the preparation of a bid and the winning of the right to host the Games;
2. the seven year period of preparation for the staging of the Games;
3. the short period (16 days in 2000) when the Olympic Games are staged followed by the Paralympic Games;
4. the much longer post-Games era.¹¹

Estes 4 períodos definidos por Cashman são relevantes para o reconhecimento das etapas envolvidas na produção do megaevento. Predomina a dimensão temporal nesta abordagem que não olvida a constituição do legado. No entanto, a leitura que se pode fazer desta categorização é limitada já que não contempla a dimensão espacial tão cara para as análises aqui colocadas.

Identificando padrões nos impactos promovidos pelos Jogos Olímpicos, Essex e Chalkley (2003), a partir de trabalho anterior realizado em 1999, estruturaram um quadro que caracteriza tanto os Jogos de verão como os de inverno. Tal quadro tem uma clara perspectiva histórica e aponta, de maneira genérica, alguns aspectos dos impactos territoriais produzidos pelos Jogos (segue abaixo o quadro preparado pelos autores). Trata-se de um enquadramento com alto grau de generalização, considerando sobretudo os impactos muito distintos entre, por exemplo, Los Angeles 1984 e Barcelona 1992. O primeiro com um reduzido legado para a cidade e o segundo com um complexo efeito multiescalar que promoveu a imagem da cidade em nível internacional tornando-a uma referência para muitos empreendedores urbanos.

Tabela 1 – Categorização temporal dos Jogos Olímpicos (1896-2002)

¹¹ Tradução do autor: “1. a preparação da candidatura e a vitória do direito de sediar os Jogos; 2. o período de sete anos de preparação para sediar os Jogos; 3. o curto período (16 dias nos Jogos de 2000) quando os Jogos Olímpicos ocorrem seguido dos Jogos Paraolímpicos; 4. a era mais longa pós-Jogos.”

Table 1. The changing infrastructural impact of the Summer and Winter Games, 1896-2002

| Summer Olympic Games | Winter Olympic Games |
|---|---|
| PHASE ONE: 1896-1904 <i>Small scale, poorly organised and not necessarily involving any new development</i> | PHASE ONE: 1924-1932 <i>Minimal infrastructural transformation apart from sports facilities.</i> |
| PHASE TWO: 1908-1932 <i>Small scale, better organised and involving construction of purpose built sports facilities</i> | PHASE TWO: 1936-1960 <i>Emerging infrastructural demands, especially transportation.</i> |
| PHASE THREE: 1936-1956 <i>Large scale, well organised and involving construction of purpose built sport facilities with some impact on urban infrastructure</i> | PHASE THREE: 1964-1980 <i>Tool of regional development, especially transportation and Olympic Villages.</i> |
| PHASE FOUR: 1960-1996 <i>Large scale, well organised and involving construction of purpose built sports facilities with significant impacts on urban infrastructure</i> | PHASE FOUR: 1984-2002 <i>Large-scale urban transformations, including multiple Olympic Villages.</i> |

Source: Chalkley and Essex (1999); Essex and Chalkley (in preparation).

O quadro acima apresenta como primeiro indicador a escala de intervenção urbana dos Jogos de verão. É a partir de Roma 1960 que os impactos urbanos se tornam mais significativos, o que coincide com o grande aporte de recursos gerados pelo advento de transmissões do evento por meio da TV (Rubio, 2005). Desde então os direitos de transmissão serão cada vez mais importantes para a engenharia financeira dos Jogos (Preuss, 2002). Por outro lado, os autores reconhecem que desde os Jogos de verão de 1936 a infra-estrutura urbana passou a ser afetada pelos megaeventos, assim como ocorreu nos Jogos de inverno a partir de 1964.

Conclusão

Urge a formulação de um ordenamento territorial urbano alternativo àquele vigente nos GEEs. Para tanto deve-se primar pela conformação de um legado social composto por um conjunto de bens tangíveis e intangíveis que contribuam na geração de melhorias urbanas e na redução das iniquidades sociais. Tal legado deve então orientar as políticas urbanas em diversas dimensões que contemplem a garantia e a ampliação de direitos civis, políticos, sociais e ambientais dos cidadãos. Neste sentido, o legado social a ser almejado pelos gestores urbanos deve se apresentar como uma síntese dos principais desafios a serem superados na cidade sede do megaevento esportivo. Ações voltadas tanto para a melhoria como para a produção de espaços públicos são essenciais nesse cenário, além disso é bastante factível se ter como legado o estímulo ao desenvolvimento de laços de

solidariedade a partir de práticas esportivas que promovam o encontro de diferentes grupos sociais. Há ainda possibilidades de geração de legados na ampliação das potencialidades de mobilidade dos cidadãos, na geração de mecanismos de redução de conflitos urbanos violentos e ainda na produção de identidades territoriais promotoras de experiências humanizadoras. São estes, então, exemplos de como a constituição de um legado social, gerado em virtude dos Jogos, pode servir para a construção de cidades melhores e até mesmo mais condizentes com os princípios apontados na Carta Olímpica. Trata-se mesmo de buscar a realização dos valores anunciados pelos próprios promotores dos megaeventos esportivos, não sendo, portanto, um desiderato estranho aos discursos hegemônicos, mas sim profundamente embasados na plena concretização destes em benefício de amplos grupos sociais.

Bibliografia

ANDRANOVICH, Greg; BURBANK, Matthew; HEYING, Charles. Olympic cities: lessons learned from mega-events politics. **Journal of Urban Affairs**: v. 23, n. 2, 2001. p. 113-131.

_____. Mega-events, urban development, and public policy. In: **The Review of Policy Research**., 19:3, fall 2002. p. 179-202.

ARRETCHE, Marta T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, vol. 11, junho 1996. p. 44-66.

CASHMAN, Richard. Olympic Legacy in an Olympic City: Monuments, Museums and Memory. In: **Fourth International Symposium for Olympic Research**; Global and Cultural Critique: Problematizing the Olympic Games, 1998. p. 107-114.

COI. **Carta Olímpica**. Lausana, Suíça: Editado por el Comitê Olímpico Internacional (COI), 2003.

_____. **Impact of the Games on Olympic host cities**: university lecture on the Olympics. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics/UAB. International Chair in Olympism (IOC), 2002. Disponível em: <http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/cashman.pdf>. Acesso em: 13 set. 2006.

ESSEX, Stephen; CHALKLEY, Brian. Olympic Games: catalyst of urban change. In: **Leisure Studies**. n. 17, 1998. p. 187-206.

_____. Urban development through hosting international events: a history of the Olympic Games. In: **Planning Perspectives**, 14 (4), 1999. p. 369-394.

_____. **Urban transformation from hosting the Olympic Games**: university lecture on the Olympics. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB). International Chair in Olympism (IOC-UAB), 2003.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

LIMONAD, Ester. Estranhos no Paraíso de Barcelona. Impressões de uma geógrafa e arquiteta brasileira residente em Barcelona. **Biblio 3W**, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. 10, n. 610, 25 de octubre de 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-610.htm>. Acesso em: 12 mar 2006.

MASCARENHAS, Gilmar. Para muito além do esporte: o urbanismo olímpico e seu legado social. In: **Pan-americano de 2007**: grande negócio para quem? Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul. (Série Globalização e Solidariedade, 4), 2005. p. 20-35.

MUÑOZ, Francesc. Olympic urbanism and Olympic Villages: planning strategies in Olympic host cities, London 1908 to London 2012. In: **The Sociological Review**. v. 54, December 2006. p. 175-187.

PREUSS, Holger. **Dimensión económica de los juegos olímpicos**. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB). International Chair in Olympism (IOC-UAB), 2002.

RUBIO, Kátia. Os Jogos Olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento. In: **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 9, n. 194 (85), 1 de agosto de 2005.

SHAFFER, Marvin; GREER, Alan; MAUBOULES, Celine. **Olympic costs & benefits**: a cost-benefit analysis of the proposed Vancouver 2010 Winter Olympic and Paralympic Games. Canadian Centre for Policy Alternatives, february 2003.

SOUZA, Marcelo. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.